

O PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR (1952- -1956): DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO- -INSTITUCIONAL ÀS PRÁTICAS SOCIAIS

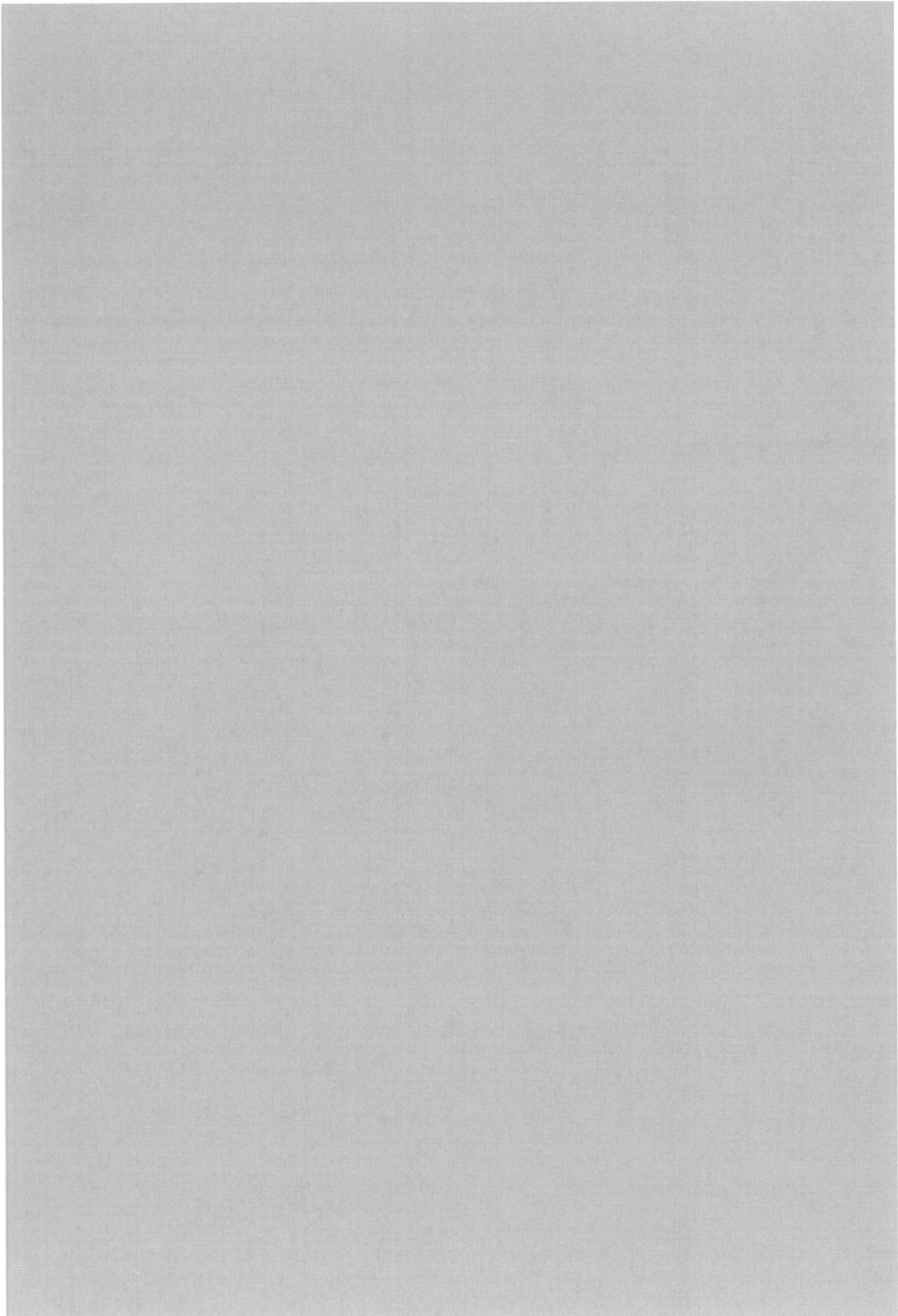
Luís MOTA

Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior de Educação; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/Universidade de Coimbra (CEIS20/UC)

PALAVRAS-CHAVE

**Plano de educação popular; Campanha Nacional
de Educação de Adultos; Estado Novo**

ID: 362



Focalizado no Plano de Educação Popular (1952-1956) o estudo procura dimensões para a sua compreensão ao nível global e no plano local. Se a preocupação com a educação popular e de adultos está muito longe de ter tido a sua génese no período após a Segunda Guerra Mundial, não é menos verdade que os contextos e as condições internacionais, no início da segunda metade do século XX, potenciaram o seu desenvolvimento, com a UNESCO a promover a sua disseminação na comunidade internacional. É nesta perspetiva que analiso a política educativa portuguesa do primeiro lustro da década de cinquenta do século passado, no âmbito do combate ao analfabetismo, procurando discernir continuidades e dissemelhanças na acomodação das ideias desenvolvidas no âmbito da I Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), que teve lugar em Elsinore (Dinamarca), em 1949. Esta abordagem compagina-se com estoutora, centrada na passagem da norma à realidade, buscando uma leitura compreensiva da receção e do impacto dos normativos legais ao nível local, concretizado no distrito e concelho de Coimbra, focalizando-me em três vertentes de análise, a avaliação do impacto público, aferido na leitura da imprensa escrita local, com a elaboração de uma grelha de leitura sobre as representações construídas pelos alunos-mestres e alunas-mestras da Escola do Magistério Primário de Coimbra, futuros e futuras docentes do ensino primário, procurando destacar orientações dadas nos cursos de educadores de adultos.

Constituindo fonte primordial a legislação de outubro de 1952 que cria o Plano de Educação Popular¹, esta serve também de charneira entre os dois momentos do estudo, dialogando primeiro, com o relatório da I CONFINTEA², e depois com a análise dos periódicos *A Campanha*, *Órgão Oficial da Campanha Nacional de Educação de Adultos*, do *Rumo*, *Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra* e dos jornais regionais *Correio de Coimbra*, *Despertar* e *Diário de Coimbra*, permitindo caracterizar a natureza das políticas, por um lado, e as representações da problemática do analfabetismo e do analfabeto no âmbito dos atores da Campanha Nacional de Educação de Adultos, dos futuros professores do ensino primário e dos professores do ensino normal, em Coimbra, e junto da sociedade coimbrã, bem como aferir da receção do Plano naquela cidade, através da perceção do envolvimento das autoridades, das empresas, de fábricas e de associações na Campanha e nos Cursos de Educação de Adultos. Finalmente, a documentação de discussão teórica que serviu de base aos Cursos de Educadores de Adultos, permite discutir as orientações psicopedagógicas e didáticas mobilizadas na época.

O Plano de Educação Popular. Contextos e organizações internacionais.

As condições internas e externas no Portugal do pós-guerra despoletaram uma momentânea onda de esperança de democratização que conduziram mesmo o Estado Novo a tolerar a concorrência eleitoral e, no plano da política externa, assistiu-se a algumas hesitações no que se refere ao posicionamento internacional de Portugal. Membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE, hoje, OCDE), em 1948, recusou, no entanto, a ajuda no quadro do plano Marshall, referente a 1948-1949. No lustro seguinte, no plano interno, em razão das condições criadas pela nova ordem económica internacional, foi lançado o I Plano de Fomento, no quinquénio de 1953-1958, definindo prioridades e, ainda que traduzindo um «somatório de planos parciais», não deixou de constituir «um conjunto de investimentos públicos» aos quais foram alocados «recursos financeiros»³.

A partir da década de cinquenta registou-se, concomitantemente com o crescimento exponencial da oferta educativa, uma «explosão» da educação de adultos. Desde o seu aparecimento, em 1946, a UNESCO sempre foi uma instituição preocupada com a educação de adultos à escala mundial⁴. Sob o seu patrocínio, em 1949, ocorreu, em Elsinore (Dinamarca), a primeira das Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA), sublinhando a importância dos organismos internacionais no desenvolvimento da educação de adultos⁵. Nessa conferência, o diretor-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Torres Bodet, condenou aqueles que

ainda consideravam a instrução como perigosa e esclareceu que «o fim da educação de adultos é a valorização do indivíduo integrado na vida e progresso da coletividade. [...] Não se trata, [dizia], de ensinar ao adulto esta ou aquela arte, esta ou aquela ciência mas de instruí-lo numa disciplina mais vasta de que só ingenuamente podemos supô-lo conhecedor: a própria vida»⁶. Saber ler podia, afinal, ensinar a tornar a vida melhor. A educação de adultos correspondeu, neste período, a uma oferta educativa de segunda oportunidade, conquistando especial relevância as atividades educativas de alfabetização.

A Campanha, enquanto método de alfabetização, constituía um processo em voga à época, visava a mobilização de massas, procurando que todos os adultos, homens e mulheres, se alfabetizassem num período de tempo, sendo espetável que a alfabetização permitisse alcançar um conjunto de objetivos económicos, socio-estruturais e políticos⁷. A UNESCO propunha, desde Elsinore, uma educação focada nos centros de interesse dos adultos, de carácter funcional, respondendo às dimensões intelectual, social e artística dos indivíduos adultos, opondo-se a uma conceção intelectualista tradicional. Consubstanciou-se, na I CONFINTEA, um apelo aos educadores de adultos para estimularem um verdadeiro espírito de democracia e uma aproximação entre as massas e as elites, através de uma educação democrática nos objetivos e nos métodos⁸.

Foi neste contexto que o Ministério da Educação Nacional publicou os diplomas legais que enformaram o Plano de Educação Popular, o decreto-lei n.º 38 968, que «reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo»⁹, e o decreto-lei n.º 38 969 que regulamenta o disposto no anterior.

O legislador procurou acomodar tais preocupações à natureza específica do regime. Em certas passagens a legislação portuguesa aproximou-se da noção de capital humano, estabelecendo uma relação *quase* direta entre nível de escolaridade e produtividade, filiando-se na ideologia, comumente sustentada na OCDE na década de sessenta, designada de *ocedeísmo*. Bem elucidada nesta passagem:

Não podem, de resto, esquecer-se as relações de esta dependência entre a produtividade do trabalho e a difusão do ensino. É indiscutível que uma boa instrução traz grandes vantagens ao trabalhador: desenvolve as faculdades de atenção, apura-lhe o espírito de observação, estimula a sua atividade mental, torna-o mais confiante, mais inteligente, mais apto a aperfeiçoar-se no exercício da profissão. Ela constitui, por isso mesmo, fator importante na produção de riqueza¹⁰.

Contudo, ao contrário do que um olhar menos atento poderia supor, o Estado Novo não cedeu o passo aos paladinos do capitalismo, o legislador vai ter o cuidado de matizar as preocupações mais economicistas compaginadas com as preocupações de formação do homem sustentadas pela Unesco, com o substrato ideológico do regime, sublinhando a preocupação com a «educação geral do povo», uma educação natural humana mas nacional:

O método geral para uma primeira fase de educação de adultos mais defendido por especialistas da cultura popular é o da campanha contra o analfabetismo. Este será o método adotado através de uma Campanha Nacional de Educação de Adultos. Com a designação escolhida pretende-se significar que não se procura apenas transmitir aos analfabetos os rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo, mas ainda contribuir para a educação geral do nosso povo. Por isso se consagra também como objetivo da campanha a divulgação de noções de educação moral e cívica, organização corporativa, previdência social,

segurança no trabalho, higiene e defesa da saúde, agricultura e pecuária¹¹.

O quadro de controlo e redução que marcou quase toda a política educativa do Estado Novo sobressai na análise realizada ao Plano de Educação Popular. O controlo ideológico que detetamos no diploma legal, visível na preocupação com a «divulgação de noções de educação moral e cívica, organização corporativa», por exemplo, estava bem presente no órgão oficial da Campanha e nas atividades culturais desenvolvidas. Emergia em aspetos como a constituição de bibliotecas e na conseqüente seleção dos livros, em questões gerais de educação e higiene mas também em páginas dedicadas aos castelos de Portugal, à promoção regionalista das províncias, como é exemplo Trás-os-Montes, ou na apresentação de figuras de significativa importância na imagética histórica nacionalista, como é o caso do Infante D. Henrique. Quanto à redução, dimensão integrante da preocupação com o efetivo cumprimento da alfabetização, ela respirava-se no limitado programa do ensino primário para adultos¹² e na manutenção de uma escolaridade obrigatória de três anos.

Coimbra e o Plano de Educação Popular. Do impacto social às representações na Escola do Magistério Primário de Coimbra

A consulta dos jornais regionais existentes na época, o *Correio de Coimbra*, *O Despertar* e o *Diário de Coimbra*, deixa transparecer o envolvimento da sociedade coimbrã, personalidades e instituições, na Campanha Nacional de Educação de Adultos, bem como o desenrolar de atividades, ações e iniciativas desenvolvidas por todo o distrito. Na verdade, cumprindo com a necessidade, expressa pelo poder político, «da colaboração dos particulares com o Estado na expansão da cultura popular» e dos «departamentos públicos» darem «o seu concurso decidido aos objetivos da Campanha»¹³, a imprensa local espelha o envolvimento da cidade, dos organismos corporativos, da elite local, de políticos e empresários, bem como da Igreja.

No último trimestre de 1953, sucessivas notícias vão dando conta da abertura de matrículas para um Curso de Educadores de Adultos, uma nova oferta educativa da Escola do Magistério Primário de Coimbra. A sessão solene de abertura teve lugar a 3 de Dezembro de 1953, no Salão Nobre da União de Grémio dos Lojistas do Distrito de Coimbra, denunciando, desde logo, o envolvimento da estrutura corporativa no Plano de Educação Popular¹⁴. O curso, aberto a professores, regentes e a pessoas interessadas, estava organizado em «duas fases», uma primeira, incluía a apresentação de dúvidas e a orientação «psicopedagógica para tarefas educativas de adultos» e uma segunda, era constituída por «lições práticas de leitura, escrita e aritmética iniciais para adultos»¹⁵.

Através das páginas dos jornais regionais assinala-se a edificação da estrutura organizacional da Campanha Nacional de Educação de Adultos, através da divulgação da composição e da tomada de posse da comissão distrital e das comissões concelhias, no cumprimento do legalmente estabelecido¹⁶. Na leitura destas páginas identificam-se as missões culturais realizadas no distrito e acede-se à calendarização e realização de sessões de cinema no âmbito da Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Nos anos de 1953 e 1954, desmultiplicam-se as notícias da abertura de cursos de educação de adultos, em diferentes fábricas do concelho, nomeadamente, nas Fábricas Triunfo, na fábrica de azulejos SIAC, situada na estrada de Coselhas, na Lufapo, localizada na Pedrulha, n' A Ideal, Lda., e em Taveiro, na firma Barbosa e C^a Lda. Maior destaque noticioso recebem os três cursos mistos das Fábricas Triunfo, com honras de inauguração pública e as suas instalações com direito a visita do subsecretário de Estado Veiga de Macedo, quando decorrem já quatro cursos, uma fábrica dirigida e propriedade de um *eminente deputado da Nação*, Sousa Machado, ilustrando a proximidade entre o poder político, as elites locais e os interesses económicos, no pe-

ríodo do Estado Novo. É, contudo, digno de relevo este contributo das entidades patronais, dando corpo ao determinado por lei, fornecendo instalações para o funcionamento dos cursos de educação de adultos, provavelmente, porque teriam «mais de vinte assalariados com menos de 35 anos de idade e sem habilitação da 3ª classe do ensino primário»¹⁷. Ao nível associativo, destaque para a Associação de Artistas de Coimbra, onde se realizaram diferentes cursos de educação de adultos.

A Igreja não se alheou deste processo, assumindo um apoio explícito e empenhada. Em *Provisão contra o analfabetismo*, saudava a iniciativa do governo como o «maior esforço feito na nossa terra contra uma das maiores vergonhas da nossa história». Considerava, a Provisão, que ler, escrever e contar significava ter «sentidos e faculdades novas», pelo que se sublinhava aos párocos a necessidade de «ajudar e animar», «dando o melhor do seu esforço, entusiasta e perseverante» e que, no mínimo, deveriam «tornar conhecida do povo» a legislação. A própria provisão deveria ser «lida e comentada à estação da Missa Paroquial em um ou mais Domingos»¹⁸.

A par com a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, esperava o legislador que «as escolas do magistério primário» desempenhassem «papel de relevo» na colaboração com «o Estado na expansão da cultura popular»¹⁹. É com este enquadramento legal que, de acordo com *A Campanha*, no seu número de Agosto e Setembro de 1954, em reunião presidida pelo subsecretário de Estado da Educação Nacional, que contava com a presença dos diretores das Escolas do Magistério Primário, do «Presidente do Júri único dos Exames de Estado» nas referidas escolas e do «chefe da Secção Pedagógica da Direcção-Geral do Ensino Primário», foi estudada a possibilidade e a forma de intervenção das escolas do magistério primário no Plano de Educação Popular. Foram analisadas as áreas, em que seria expectável a sua intervenção, nomeadamente, no apoio à «execução do despacho sobre a missão das escolas primárias e dos cursos de adultos nos meios rurais», através da criação, na oferta de formação, de *cursos especiais* sobre a vida no campo, a possibilidade de cooperação com a Campanha Nacional de Educação de Adultos e, no sentido de acautelar «o aspeto pedagógico da Campanha», considerou-se desejável que, no quadro das escolas, se aprofundasse o «estudo e experiências pedagógicas sobre o ensino e educação dos adolescentes e adultos»²⁰.

Neste quadro surgiu a preocupação em avaliar o contributo da Escola do Magistério Primário de Coimbra, face ao apelo explícito do responsável pelo Plano de Educação Popular. Noutro plano, era importante perceber como os alunos-mestres e as alunas-mestras, por um lado, e os professores e as professoras, por outro, daquela Escola do Magistério Primário, acolheram a iniciativa governamental? Qual a sua perspetiva face ao analfabetismo e aos analfabetos? Para a construção da grelha de leitura das representações, revelou-se essencial a análise do periódico *Rumo*, da responsabilidade dos alunos e das alunas da Escola do Magistério Primário de Coimbra, sendo que tratámos cerca de meia centena de artigos e notícias que, genericamente, se debruçavam especificamente sobre o Plano de Educação Popular ou afluíam a temática a partir da sua correlação com outro ou outros assuntos.

Convém, antes de prosseguir, destacar que o legislador começa por considerar que uma legislação de uma política de instrução popular esclarecida deveria equacionar as diferentes causas do analfabetismo que, refere, são de ordem «histórica, geográfica, social, económica e pedagógica», encarando contudo como razão «mais funda», nomeadamente no mundo rural, o «facto de o nosso povo pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua atividade, não sentir a necessidade de saber», sublinhando, na linha de Ramalho Ortigão, que «o povo não sente a necessidade de aprender», rematando com o facto de não faltarem «cursos noturnos para adultos analfabetos» e serem «raros os frequentados com assiduidade». Não admira por isso, que independentemente da bondade da proposta consubstanciada na legislação, a

resposta seja em larga medida sustentadora de medidas punitivas, traduzidas por penalidades ou restrições de âmbito social e constrangedoras do analfabeto, isto sem prejuízo de outras facilitadoras e promotoras da escolarização²¹. É neste quadro conceptual que se movem os discursos dos corpos docente e discente da Escola do Magistério Primário de Coimbra.

Epítetos como inadaptado²² ou ignorante²³ classificam o analfabeto, reconhecendo-se que não saber ler é, no mundo moderno, uma incapacidade. A leitura, enquanto facto social, é percebida como uma competência básica da modernidade, sem a qual a autoeducação se revela uma impossibilidade. Não a possuir era entendido como uma ameaça para o seu lugar na sociedade²⁴. Na perspetiva de fenómeno social, o analfabetismo, é identificado com a ignorância²⁵, considerado um obstáculo ao progresso²⁶ e visto como uma ignomínia social²⁷.

A reflexão sobre as causas do analfabetismo também ocupou os alunos e as alunas, bem como os professores. A responsabilização da família, pela simples demissão²⁸ ou pelo recurso ao trabalho infantil, a distribuição da população pelo território nacional, a Educação Nacional – seja pela deficiente rede escolar ou pela natureza da escola primária²⁹ – e o atraso da formação social portuguesa em atingir a modernidade, aqui entendida como a passagem do mundo rural e agrícola ao industrial e urbanizado, são fatores apontados como causas do analfabetismo. A este propósito escreveria José Maria Gaspar, ao tempo professor da Escola:

[...] as complexas causas originais do analfabetismo nacional: a dispersão das populações rurais e o alheamento das urbanas; a ambição dos pais pela utilização prematura do trabalho dos filhos; uma ou outra falta ou má localização dos edifícios escolares e a rotineira inércia de certos meios ainda mecanizados em multissecular ignorância³⁰.

Como sublinhava o subsecretário de Estado da Educação, o «pai» da Campanha, Henrique Veiga de Macedo, aquando da conferência de imprensa do aniversário do primeiro ano da Campanha Nacional de Educação de Adultos, o analfabetismo encerrava em si as suas condições de reprodução e para *salvar* os filhos, tornava-se imperioso educar os pais:

O analfabeto não tem a noção da vantagem do ensino e entende, na sua visão deformada das coisas, que os filhos não carecem, para as lutas da vida, de quaisquer habilitações literárias. Esta triste realidade torna ainda mais premente a necessidade de fazer alguma coisa para educar os analfabetos, os quais irão, por experiência vivida, convencendo-se do interesse prático em instruir os filhos³¹.

Estribados nestes conceitos, discentes e docentes, analisaram o Plano de Educação Popular pela descrição ou discussão da legislação ou pela associação ao combate ao analfabetismo por via da escolaridade obrigatória, destacando-se os elogios ao governo e o sublinhar da imagem de Portugal no estrangeiro. Como escrevia DCR³²:

Os esforços que o Governo tem enviado para acabar com o analfabetismo, consumados, o ano passado, com o notável decreto da obrigatoriedade de ensino, estão a merecer da imprensa estrangeira os maiores encómios. Ela é unânime nos aplausos e uma vez mais a figura do grande paladino do nosso regresso à política internacional e da nossa auto-bastança, teve a projeção devida. [...].

Esta preocupação do elogio da ação governativa não se limita à legitimação internacional, mas buscou, ainda, uma legitimação histórica, na linha dos diplomas legais. Destacava-se a contradição entre a produção legislativa e prática social do regime republicano, assinalando-se que a sua precocidade legislativa fora diretamente proporcional à sua ineficácia, e procurava fazer-se

sobressair a ação efetiva e a a capacidade realizadora do Estado Novo, no domínio da educação, através de uma legislação adequada à realidade:

Daí o ter-se reforçado o princípio da obrigatoriedade do ensino, numa nova e mais firme orientação imposta pela própria natureza das causas do analfabetismo entre nós, e em especial do facto de, mormente nos meios rurais, o nosso povo, pelas condições de vida, pelo regime do seu trabalho e até pela força do hábito e da rotina, não sentia a necessidade de aprender³³.

Nas páginas do *Rumo* surgiram sucessivos apelos para que os analfabetos agissem para pôr fim à sua situação individual e à vergonha de todos³⁴, paralelamente àqueloutros que sublinhavam a necessidade de que só inferiorizando socialmente o analfabeto, para que este se convencesse da sua inaptidão em face da «moderna vida civilizada»³⁵, se combateria efetivamente o analfabetismo. Estes posicionamentos emergiram compaginados com um forte discurso de mobilização das camadas *letradas* do país, em prol da Pátria, independentemente das camadas ou grupos sociais de pertença³⁶, ainda que a sociedade seja ordenada e os seus membros tenham funções determinadas para organizar o *entusiasmo* participativo, sobressaindo o destaque simbólico colocado no papel do professor:

Há, primeiro, quem, por dever trabalhe no especial empenho do governo. Há, depois, quem devotadamente se esforce na cruzada geral da Nação.

Uns – estadistas, funcionários e professores – lançam mão dos seus valores e influência para superiormente dinamizarem condições docentes: estruturam a campanha e nela se mantêm permanentemente ao parapeito.

Outros – dirigentes, patrões e encarregados de serviços – atuam nos respetivos meios e associações, para diretamente fomentarem o interesse discente: movimentam a orgânica e nela se agitam ordenadamente em ativa disciplina construtiva.

[...] Mas o essencial nesta luta é sem dúvida o professor, com os elementos pedagógicos de que possa dispor³⁷.

O incentivo ao envolvimento da população letrada foi acompanhada da mobilização de meios cuja discussão também é feita no âmbito da Escola do Magistério Primário de Coimbra. Particular atenção mereceu o cinema, o cinema educacional, apresentado como um *grande fator de educação* e um veículo *capaz de coordenar vontades* para esta *luta que nos toca a todos*, em particular para chegar às *pessoas de letras gordas*, cujas iniciativas nacionais do que considerou ser cinema educacional:

No curto espaço de seis meses realizar-se-ão 20 pequenos filmes que assim vão representar a contribuição cinematográfica alvitrada nos decretos 38.968 e 39.969. Com o patrocínio do Ministério da Educação Nacional e sob a proficiente direção e orientação do Sr. Dr. Afonso Botelho, nos estúdios da Lisboa-Filme, já se iniciaram os trabalhos, cuja realização pertence a Orlando Vitorino, Ricardo Malheiro e Filipe Solms – conhecidos nomes dos nossos estúdios. As películas irão de 73 a 300 metros e igualmente serão tiradas cópias de 16 mm que serão distribuídas afim de proporcionarem espetáculos às mais afastadas aldeias por meio do cinema ambulante. Estamos certos de que as

películas cuja moralidade e intenção não carecem de adjetivos, percorrerão Portugal de lés-a-lés³⁸.

A Campanha Nacional de Educação de Adultos foi dirigida a pessoas de diferentes proveniências sociais, socialmente inferiorizadas pela ausência de posse de escolarização, traduzindo uma preocupação de todos, isto é, nacional. Ao longo da análise dos discursos detetamos uma evolução, ainda que ténue, por um lado, no papel atribuído à escola, tendo surgido discursos que reconheciam que a sua frequência podia provocar modificações na escala social e ajudar os indivíduos e os grupos sociais a ascenderem socialmente e, por outro, a adoção de um discurso próximo do *ocedeísmo*, afirmando-se que a educação de adultos pode traduzir um significativo «aumento do capital humano na nação» e que a redução de analfabetos contribuiria para o aumento da produtividade³⁹. Evolução sempre compaginada com o elogio do governo e das virtudes do Estado Novo e de Salazar⁴⁰.

A tentativa de elucidação da receção do Plano de Educação Popular só pode concluir-se com as palavras de Hermínia da Silva Pinto⁴¹, então recém-diplomada do curso de educação de adultos, que, de algum modo, faz jus ao controlo ideológico do Estado Novo na educação, reproduzindo muito do discurso oficial mas, simultaneamente, traduz a satisfação e, quiçá, o orgulho em si própria, pelo esforço desenvolvido, aproveitando uma segunda oportunidade quando a primeira tardou em chegar:

Pessoas mais velhas e mais novas do que eu fizeram o mesmo e nenhuma está arrependida. Estão arrependidas outras que podiam fazer o mesmo e não fizeram porque não quiseram.

Por isso eu agora convido a todos os que não sabem ler ou que não têm o exame de instrução primária a aceitarem o benefício do Estado e irem aos Cursos de Adultos, para ficarem também com o benefício da escola.

Sem isso, nem podem ser alguém e ainda envergonham os portugueses diante dos outros povos.

Por mim estou muito contente por ter feito o meu exame e hei-de dizer a toda a gente, que possa, que faça o mesmo para Portugal não ficar atrás das outras nações.

A Campanha contra o analfabetismo... Um importante contributo

Uma referência para o livro publicado pela Coimbra Editora, em 1953, da autoria de Francisco de Sousa Loureiro e José Maria Gaspar, respetivamente, director e professor da Escola do Magistério Primário de Coimbra, intitulado *Educação do Adulto Iltrado*, com o subtítulo *orientação psico-pedagógica e didáctica*. Considerado, desde logo, pela imprensa da época como um importante contributo, tanto mais que título e subtítulo eram «muito sugestivos principalmente no momento que passa, em que está em causa e combate, à *outrance*, do analfabetismo. Patriótica Cruzada! Redenção bem almejada!»⁴².

O livro parece ter constituído o resultado do desenvolvimento dos cursos de educadores de adultos ou ser o trabalho de reflexão e estudo para a realização dos cursos de educadores de adultos tal é a semelhança entre o conteúdo desses cursos e o do livro. Efetivamente, a relevância deste contributo está, para além do mérito que o seu conteúdo possa conter do ponto de vista científico – hoje ou à época da sua publicação –, no facto de ser único, na verdade não temos conhecimento de qualquer outra publicação no género. De resto este aspeto foi assinalado na altura pelos seus autores que no prefácio afirmam não conhecer «literatura semelhante que tenha aparecido no mercado»⁴³, o que terá constituído uma dificuldade acrescida.

A obra discute a diferenciação entre a criança e o adulto, o significado de ser professor de crianças ou de adultos e a finalidade educativa, mediata e imediata, contrapondo a infância ao adulto, os programas, a sociabilidade escolar, as questões dos recreios, duração e repartição da aprendizagem, encerrando com a questão dos exames, enquanto verificação do saber. Depois discutem-se generalidades metodológicas e didáticas para adultos e didática específica para adultos. Finalmente, abordam-se as questões da metodologia e da processologia do ensino da leitura, da escrita e da aritmética, respetivamente. Em *Nota Final* os autores começam por sublinhar que a «a luta contra o analfabetismo», a par dos problemas psicológicos e sociais encerra, também, problemas económicos. Nesta reflexão final sobressai este permanente balançar entre as preocupações do capital humano e a formação global do homem. Discutindo as limitações de uma Campanha, espaldando-se nas propostas da Unesco, os autores, enjeitam como seu objetivo, colocar um fim no analfabetismo *absoluto* para criar o analfabetismo *relativo*. Não bastava, em seu entender, ensinar a ler, escrever e contar, era necessário capacitar o homem para a sua profissão mas de modo a criar-lhe «curiosidade intelectual» e «hábitos de pensamento, excitando-lhe o prazer de saber mais e saber melhor e predispondo-o à consciente contemplação de panoramas, horizontes e projetos mentais sucessivamente mais largos e mais elevados»⁴⁴. Afinal pretendiam que esse fosse o papel dos «cursos de educação de adultos: ensinar, agitar os meios ignorantes e semear por eles ânsias de elevação humana, com nervuras de intelectualidade capazes de elevar, sem azedar, toda a massa nacional»⁴⁵.

Concluindo...

Procurámos, no âmbito do Plano de Educação Popular, evidenciar, por um lado, o contexto e as orientações internacionais no âmbito da educação de adultos e o modo como essas orientações foram acomodadas ao contexto nacional, de acordo com os objetivos definidos pelo Estado português mas também, e sobretudo, devido à sua natureza. Por outro, tentámos explicitar e compreender a receção de tal problemática e vontade política ao nível local, por parte de discentes e docentes do ensino normal primário, em Coimbra, e qual o contributo dado pela Escola do Magistério Primário de Coimbra para o seu desenvolvimento. Globalmente, a Escola terá corporizado o que lhe foi solicitado. Organizou e realizou os cursos de educadores de adultos, preparando recursos humanos para o desenvolvimento da Campanha e a realização dos cursos de educação de adultos, e contribuiu com reflexão própria sobre a temática e que esteve na génese da publicação de um livro sobre o assunto. Merece destaque, ainda, o próprio impacto que a Campanha e os cursos de adultos terão tido na cidade e no distrito de Coimbra, nomeadamente, no envolvimento social – elite política e social, a Igreja, as empresas e os empresários, o movimento associativo e corporativo –, no volume de iniciativas que concitou, mesmo ao nível do poder central e local, e na sua difusão na imprensa regional. Justifica-se, naturalmente, uma outra análise do Plano de Educação Popular, nesta e noutras vertentes, num outro tempo e espaço.

¹ Decreto-Lei n.º 38 968. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, pp. 1067-1084; Decreto-Lei n.º 38 969. (27 de Outubro de 1952). *Diário do Governo. I Série - Número 241*, pp. 1084-1095.

² UNESCO. (1949). *Summary Report of the International Conference on Adult Education*. Elsinore: UNESCO.

³ Nunes, A. B., & Brito, J. M. (1992). Política económica, industrialização e crescimento. In F. Rosas (Org.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (pp. 306-351). Lisboa: Editorial Presença.

⁴ Bholá, H. S. (1989). *Tendances et perspectives mondiales de l'éducation des adultes*. Paris: UNESCO.

⁵ Canário, R. (2008). *Educação de adultos. Um campo, uma problemática*. Lisboa: Educa.

⁶ Barcoso, C. (2002). *O Zé Analfabeto no cinema*. Lisboa: Educa.

-
- ⁷ Bhola, H. S. (1986). Les campagnes d'alphabétisation. Étude de l'action menée par huit pays au XXe siècle et note à l'intention des décideurs. Paris: UNESCO.
- ⁸ Bhola, H. S. (1989). *Tendances et perspectives mondiales de l'éducation des adultes*. Paris: UNESCO.
- ⁹ Decreto-Lei n.º 38 968. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, pp. 1067-1084.
- ¹⁰ Decreto-Lei n.º 38 968. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, p. 1079.
- ¹¹ Decreto-Lei n.º 38 968. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, p. 1080.
- ¹² Despacho de 27 de Março de 1953, do subsecretário de Estado da Educação. (4 de Abril de 1953). *Diário de Governo. II Série*.
- ¹³ Cf. N.º 60, do capítulo VII Campanha Nacional de Educação de Adultos. Decreto-Lei n.º 38 968. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, p. 1080.
- ¹⁴ O Curso de Educadores é inaugurado amanhã com a presença do subsecretário de Educação. (1 de Dezembro de 1953). *Diário de Coimbra*.
- ¹⁵ Inaugurou-se ontem com uma sessão solene um Curso de Educadores de Adultos em Coimbra. (4 de Dezembro de 1953). *Diário de Coimbra*.
- ¹⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 38 969. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, pp. 1093-1094.
- ¹⁷ Decreto-Lei n.º 38 969. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, p. 1091.
- ¹⁸ Provisão contra o analfabetismo. (16 de Janeiro de 1953). *Correio de Coimbra*, p. 1 e ss.
- ¹⁹ Cf. N.º 60, do capítulo VII Campanha Nacional de Educação de Adultos. Decreto-Lei n.º 38 968. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, p. 1080.
- ²⁰ As Escolas do Magistério Primário de Coimbra e a formação de Educadores de Adultos. (Agosto/Setembro de 1954). *A Campanha*, p. vi.
- ²¹ Decreto-Lei n.º 38 968. (27 de Outubro de 1952). *Diário de Governo. I Série - n.º 241*, pp. 1067-1084; Decreto-Lei n.º 38 969. (27 de Outubro de 1952). *Diário do Governo. I Série - Número 241*, pp. 1084-1095.
- ²² Escola e Biblioteca. (15 de Janeiro de 1953). *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ²³ Torgal, G. R. (15 de Maio de 1953). Analfabeto. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ²⁴ Luís, & Graciette. (15 de Maio de 1953). Ensinar e examinar. Exames. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ²⁵ Não consintas analfabetos no teu meio. (1 de Junho de 1953). *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ²⁶ Luís, & Graciette. (15 de Maio de 1953). Ensinar e examinar. Exames. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ²⁷ Gaspar, J. M. (15 de Dezembro de 1953). Corajosa Campanha. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ²⁸ Oliveira, R. (15 de Junho de 1953). Futuro melhor. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ²⁹ Oliveira, A. (15 de Junho de 1953). Campanha Nacional. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ³⁰ Gaspar, J. M. (15 de Junho de 1953). Rumo ao Futuro. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ³¹ Macedo, E. V. (15 de Novembro de 1953). 1º Aniversário da Campanha de Educação de Adultos. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.
- ³² DCR. (15 de Fevereiro de 1953). Pela imprensa estrangeira. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*.

-
- ³³ 1º Aniversário da Campanha de Educação de Adultos. (15 de Novembro de 1953). *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ³⁴ Torgal, G. R. (15 de Maio de 1953). Analfabeto. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ³⁵ Gaspar, J. M. (15 de Junho de 1953). Rumo ao Futuro. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ³⁶ Vieira, M. B. (15 de Junho de 1953). O saber eleva o homem. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ³⁷ Gaspar, J. M. (15 de Junho de 1953). Rumo ao Futuro. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ³⁸ Ramos, D. (1 de Julho de 1953). Cinema educacional. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ³⁹ 1º Aniversário da Campanha de Educação de Adultos. (15 de Novembro de 1953). *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ⁴⁰ Aluno-mestre, n. 2. (15 de Fevereiro de 1953). Trabalho para o futuro. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ⁴¹ Pinto, H. (15 de Dezembro de 1953). Palavras de uma adulta diplomada. *Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.*
- ⁴² Donato, E. (12 de Dezembro de 1953). A Campanha contra o analfabetismo... Um importante contributo. *O Despertar.*
- ⁴³ Loureiro, F. S., & Gaspar, J. M. (s. d. [1953]). *Educação do adulto iletrado (orientação psico-pedagógica e didáctica).* Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.
- ⁴⁴ Loureiro, F. S., & Gaspar, J. M. (s. d. [1953]). *Educação do adulto iletrado (orientação psico-pedagógica e didáctica).* Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, pp. 130-131.
- ⁴⁵ Loureiro, F. S., & Gaspar, J. M. (s. d. [1953]). *Educação do adulto iletrado (orientação psico-pedagógica e didáctica).* Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, p. 131.